

## CONHECENDO OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO POR MEIO DA FORMAÇÃO PAUTADA NA PESQUISA E EXTENSÃO

*Luanderson de Jesus Santos – UNEB<sup>1</sup>*

*Ana Caroline Moreira de Almeida – UNEB<sup>2</sup>*

*Adriana Pinto Brandão - UNEB<sup>3</sup>*

*Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ivânia Paula Freitas de Souza Sena - Orientadora – UNEB<sup>4</sup>*

Introdução: A Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública (REDAP) é composta por discentes da pós-graduação e graduação, docentes de Instituições de Ensino Superior e da Educação Básica de todas as regiões do país e de duas instituições da Venezuela. A coordenação da Rede é feita pela professora Ivânia Paula Freitas de Souza Sena, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A partir da monitoria, foi possível vivenciar uma formação pautada na extensão e também na pesquisa. Desde novembro de 2022, a REDAP vem desenvolvendo um projeto de pesquisa denominado “A BNCC no controle da educação pública: mecanismos neoliberais para conter as perspectivas educacionais emancipatórias”. A pesquisa encontra-se cadastrada no Grupo de Pesquisa Educação do Campo, Trabalho Contra hegemonia e Emancipação Humana (GEPEC/UNEB) e Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo (GEPEC/UFBA) tendo como coordenadoras as professoras doutoras Ivânia Paula Freitas de Souza Sena (UNEB), Marize de Souza Carvalho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Trata-se de uma pesquisa do tipo matricial em rede, voltada à análise documental e exploratória sobre a BNCC. É composta por 116 membros e não membros da REDAP, professores e estudantes da pós-graduação e graduação de diversos níveis de formação e áreas de atuação de 33 IES e de Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. A pesquisa está estruturada em 10 GTs, organizados a partir dos 10 objetivos específicos do projeto, tendo cada um uma liderança responsável por articular o levantamento, sistematização e publicação das informações levantadas no estudo. A nossa participação se dá como monitores, bolsistas e/ou voluntários. Na

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade do Estado da Bahia UNEB-Senhor do Bonfim/BA. E-mail: [luandss503@gmail.com](mailto:luandss503@gmail.com)

<sup>2</sup>Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade do Estado da Bahia UNEB-Senhor do Bonfim/BA. E-mail: [anacaroline.am@hotmail.com](mailto:anacaroline.am@hotmail.com)

<sup>3</sup>Estudante do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade do Estado da Bahia UNEB-Senhor do Bonfim/BA. E-mail: [brandaoadriana268@gmail.com](mailto:brandaoadriana268@gmail.com)

<sup>4</sup>Doutora em Educação, Professora Adjunta do Departamento de Educação Campus VII da Universidade do Estado da Bahia UNEB e Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UNEB. E-mail: [ipfsouza@uneb.br](mailto:ipfsouza@uneb.br)

REDAP, os monitores trabalham com a manutenção da rede, auxiliando em publicações no Instagram, na criação de formulários, na organização de encontros, além de compor a equipe de projeto de pesquisa, colaborando e participando dos GTs (fazendo a opção por um dos 10) e nas organizações de materiais base dos estudos e pesquisas produzidos pela Rede. O objetivo da inserção de monitores da graduação na Rede é possibilitar a aprendizagem sobre os desafios vivenciados na área educacional por meio da participação nos espaços formativos, como as atividades de extensão (seminários e cursos) e nas ações de pesquisa, favorecendo aprendizagens tanto pelas experiências que passamos a conhecer, quanto pela convivência com os docentes pesquisadores com vasta experiência em diversas áreas da educação, principalmente na formação de professores e professoras. Metodologia: A REDAP se auto-organiza 100% via trabalho on-line e remoto. No caso dos monitores, além do grupo geral com todos os integrantes, atuam também via grupo de whatsapp específico onde as coordenadoras articulam as demandas e designam as tarefas. Inicialmente a monitoria na Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública (REDAP) é centrada na organização de informações sobre os membros e a Rede, construindo um banco de dados dos integrantes. As tarefas mais requeridas são a elaboração de formulários que auxiliam em diversas atividades, a criação de modelos de cards via Canva para publicações no instagram da REDAP, onde atuamos em três frentes: indicações de leituras, que ocorrem em dois dias da semana, cards de “parabenização aos membros nas datas de aniversário” e a divulgação de eventos, livros, artigos e assembleias da Rede, por meio do “REDAP divulga”. Para que isso ocorra, todos os monitores encarregados dessas tarefas possuem o login do instagram da rede. Alguns monitores também participam da manutenção do site da REDAP e na alimentação das informações relevantes. No projeto de pesquisa em andamento, os monitores estão colaborando com o GT-4, que investiga as relações da BNCC com as formas e processos de gestão. As reuniões do GT-4 ocorrem via Meet e, posteriormente, são elaboradas as memórias das reuniões contendo as questões que foram decididas e abordadas. Em dezembro de 2023, nos dias 7 e 8, ocorreu em Salvador, em formato presencial, o I Encontro Nacional da REDAP, que tinha como objetivos debater algumas questões como o papel político da Rede na formação de professores militantes culturais, desenvolver uma análise de conjuntura da educação brasileira e socializar os resultados da pesquisa em andamento. O encontro contou com as participações do professor Luiz Carlos de Freitas da UNICAMP e da professora Kátia Augusta Curado da UnB, que tiveram suas falas transmitidas via Youtube. Os monitores participaram na acolhida dos professores, gerenciando a frequência do evento, apresentando os livros que estavam sendo lançados no dia do evento e na escuta das falas e apresentações dos professores. Resultados: Por meio da monitoria na REDAP, bem como da nossa participação no projeto de pesquisa, passamos a compreender os desafios da educação impostos pela aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ano de 2017 e como isso reconfigura o papel social da escola e da educação, interferindo na superação das desigualdades existentes no Brasil. Isso leva-nos a algumas indagações que se fazem necessárias quando se pensa no papel da educação: Segundo Sena, 2019 p.16, a educação, tendo em vista fazer parte de uma sociedade “marcada por tantos elementos contrastantes e desiguais”, deve estar pautada na reflexão sobre qual sociedade se deseja deixar como herança para os jovens de hoje e de amanhã e pensar em "como as amplas

desigualdades, que excluem milhões de pessoas de seus direitos básicos, podem ser superadas? Qual perfil de homens e mulheres desejamos formar?” Após essa reflexão uma das questões que chama a atenção é o caráter homogeneizador da base, ou seja, a padronização do ensino pautado em competências e habilidades. Essa homogeneização do currículo não está marcada pela neutralidade, até porque, por trás de todo ato educacional há um projeto de sociedade que é sustentado por práticas educacionais. Nesse sentido, como dizia Freire, 1921 p. 21, “todo ato educativo é também um ato político”. Assim, o caráter comum da BNCC, segundo os estudos que estamos fazendo, não assegura a inclusão no que diz respeito à garantia de direitos e oportunidades, conforme está no seu discurso. Essa afirmativa vem dos seguintes questionamentos: “é possível haver igualdade sem reconhecimento das diferenças e da diversidade?” (Sena, 2019, p.19). Em um país como o Brasil, imenso em territorialidade e rico culturalmente, a BNCC passa a ser uma ferramenta excludente, já que para a educação ter um sentido, perpassa por questões únicas como diferenciais regionais, culturais e pelas lutas e conquistas de vários povos. A base desconsidera essas premissas, isentando os educandos da capacidade de pensar criticamente, dificultando, por sua vez, o processo ensino-aprendizagem que, pela homogeneização curricular, não condiz com muitas realidades e contextos sociais. Ainda com relação a falsa ideia de neutralidade curricular que a base apresenta, deve nos fazer compreender que a educação é pensada por pessoas e as mesmas têm em mente uma ideia de modelo educacional e conseqüentemente de sociedade, não se pode pensar em educação de maneira desvinculada a sociedade, uma é projetada para refletir a outra. A BNCC entende que o aprendizado ocorre mediante a aquisição de habilidades e competências, deixando a criticidade de lado. Isso aponta que a finalidade da Base é formar cidadãos aptos a atender ao mercado capitalista neoliberal cada vez mais instável, flexível e exigente, no qual as novas formas de trabalho exigem um tempo de produção mais rápido e mais complexo. Assim, o(a) trabalhador (a) deve exercer a função de muitos outros (Carvalho, 2019) e ter múltiplas habilidades. Podemos compreender isso melhor na citação do MEC a seguir que destaca que “a educação precisa acompanhar o ritmo e formar os novos cidadãos para um mundo incerto e sempre novo: o desenvolvimento social e econômico está pautado no novo capital: o conhecimento (Brasil, 2018 p. 1).” A base da formação de professores se revela como mais instrumento de manutenção das desigualdades, projetada para o mesmo fim e que também entende que o conhecimento ocorre mediante a aquisição de competências e habilidades, assim como pode ser visto no Art. 2 da BNC-formação “A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural” (Brasil, 2019 art. 2). Aprovada no ano de 2018, a BNC-Formação busca homogeneizar também o currículo do ensino superior, da formação dos professores(as), controlando assim a educação pública como um todo e “trazendo graves implicações para a autonomia dos estados, municípios, universidades, escolas e para docência” (Sena, 2019 p. 16). A padronização favorece as avaliações de parcerias com empresas que acabam lucrando por meio de vendas de vários serviços que prometem melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Por fim deixamos um questionamento acerca do assunto: qual tipo de modelo educacional está por

trás da implementação da BNCC? Qual o interesse de tantas empresas privadas, fundações e institutos empresariais na educação? A educação pelo seu caráter transformador, é muito cara. Quando pensada por pessoas que compreendem isso, pode ser revolucionária, como já se dizia o patrono da educação, Freire, (2000 p. 67), “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Conclusões: Está estabelecido pela Constituição Federal de 1988 no artigo 207, que as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Por meio disso e nas experiências vividas como monitores da Rede Diversidade de Autonomia na Educação Pública (REDAP), sobretudo no projeto de pesquisa, atuando também como pesquisadores aprendizes, nos foi proporcionado uma aproximação com os trabalhos dos docentes, melhorando nossas práticas pedagógicas e aproximando-nos também dos desafios educacionais impostos pela Base Comum Curricular (BNCC). Essa experiência está transformando a maneira com que entendemos a nossa formação, a educação, seu papel social e capacitando-nos para o futuro ofício da docência. Uma formação pautada na extensão e na pesquisa favorece, sem dúvidas, uma formação teórico-prática mais consistente.

#### Referências Bibliográficas

BOCAYUVA, P. C. C. Paulo Freire (1921-1997): **A pedagogia do oprimido em perspectiva**. Proposta, Rio de Janeiro, v. 31, n. 113.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum de formação de professores**. 2019. Disponível em: [rcp002\\_19 \(mec.gov.br\)](http://rcp002_19(mec.gov.br)) Acessado em 23 de Fevereiro de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acessado em 24 de Fevereiro de 2024.

FREIRE, P. **A educação é um ato político**. Cadernos de ciência, Brasília, n. 24, p.21-22.

UCHOA, A. M. C.; SENA, I. P. F. S. **Diálogos Críticos, volume 2: Reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública?**. Porto Alegre, RS: ed. Fi, 2020.183 p.

UCHOA, A. M. C.; SENA, I. P. F. S. **Diálogos Críticos: BNCC, educação e lutas de classes em pauta**. Porto Alegre, RS: ed. Fi, 2019.109 p.